

p. 30

nº 1226

Por que o Brasil cresce pouco?

Marcos Mendes

redação@brasileconomico.com.br

Há três décadas o Brasil cresce pouco: uma média de 1,4% ao ano para o PIB per capita entre 1985 e 2012, contra uma média de 2,8% para um conjunto de 30 países de renda média e alta. Isso decorre de uma combinação de alto gasto público, tributação elevada e complexa, baixa escolaridade, economia fechada, infraestrutura precária, baixa produtividade e insegurança jurídica. As causas acima apontadas são, em grande medida, consequência da combinação de alta desigualdade de renda com o regime democrático pós-1985.

Uma sociedade desigual é tipicamente composta por uma grande maioria de pobres e um pequeno grupo muito rico. Desde os primeiros anos da colonização, os ricos têm conexões privilegiadas no governo, que lhes garantem benefícios que acabam por minar o potencial de crescimento econômico: proteção comercial para a indústria, crédito subsidiado para empresas escolhidas a dedo, fundos de pensão de estatais prontos a financiar projetos "geniais" de pessoas bem conectadas, agências reguladoras frágeis que facilitam a vida dos grupos regulados. Essa "redistribuição para os ricos" custa muito dinheiro, diminui a produtividade, dificulta a livre concorrência e envenena o ambiente de negócios.

Por outro lado, após a redemocratização de 1985, a classe política percebeu que a maioria dos votos está entre os pobres. Sem atender os interesses imediatos desse grupo, não se ganha eleição no Brasil. Isso levou a nova expansão do gasto público, com aumentos reais para o salário mínimo, aposentadoria rural, universalização da saúde e educação, etc.

A classe média não ficou de fora. Dada a maior liberdade para organização de sindicatos e associações, esse grupo conseguiu se mobilizar em favor de políticas como a manutenção do ensino superior gratuito, a regulação excessiva do mercado de trabalho formal, o aumento do valor real de aposentadorias e pensões.

Para manter o equilíbrio fiscal nesse cenário de pressão por gastos, foi preciso jogar a tributação para as alturas e abandonar os investimentos em

A classe política percebeu que a maioria dos votos está entre os pobres. Sem atender os interesses imediatos desse grupo, não se ganha eleição no Brasil

infraestrutura. Com isso, evitou-se que a desigualdade levasse à instabilidade política: os diversos grupos sociais são atendidos e não se revoltam. E lá se vão quase trinta anos de estabilidade democrática.

O efeito colateral, contudo, é a incapacidade de crescer. Com o passar do tempo, o cobertor vai ficando curto. O governo não tem mais de onde tirar dinheiro para financiar a distribuição de tantos benefícios. E a regulação excessiva podará o crescimento.

A notícia positiva é que a desigualdade aos poucos vem caindo. É possível que a redução da pobreza enfraqueça a demanda por políticas pró-pobre, e que o aumento da classe média, somada à liberdade de imprensa, aumentem a resistência à redistribuição para os ricos. Isso daria suporte para o con-

trole do gasto público e a racionalização da regulação econômica.

Há, contudo, o risco de que o redistributivismo (para ricos, classe média e pobres) persista por muito tempo, e que o país viva décadas de baixo crescimento, o que pode até mesmo colocar em risco a democracia.

Para evitar esse cenário negativo e facilitar o caminho do país em direção ao crescimento com igualdade e democracia, é necessário dar prioridade a políticas que ao mesmo tempo redistribuam renda e acelerem o crescimento: reforma da iníqua previdência social, melhoria na qualidade da educação e investimentos em saneamento e transporte público deveriam estar no topo da lista.

Marcos Mendes é doutor em economia e consultor do Senado Federal

